**MEMÓRIA DA 22ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC**

Data: 09 de março de 2017. Início: 9h15min; Fim: 16h35min

Local: Hotel Praia Dourada, Km 130, AL 101 Norte, Maragogi-AL.

Relator: Fabiano Pimentel Ribeiro (Cepene/ICMBio - Conselheiro Suplente)

**Abertura da Reunião:** às 9:10 do dia 09 de março de 2017, o Presidente do Conselho Iran Normande dá boas-vindas aos participantes da reunião, e passa a palavra para a Secretária do Conselho, Ana Paula, que lê a pauta da presente reunião. O analista ambiental da Apacc, Eduardo, indica a correção da sigla Comdema. Em seguida a memória é aprovada sem mais alterações. Dando prosseguimento a reunião, a Secretária Ana Paula leu a pauta da 22º reunião, a qual: Informes: Intercâmbio dos conselheiros, Plano de Trabalho do GT Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na APACC, Audiência Pública da SPU em Porto de Pedras para cessão do TAUS aos pescadores; Pautas 1: Acompanhamento dos processos de licenciamento estaduais na área de influência da APACC. Pauta 2: Apresentações: Projeto de Mestrado “Análise da resiliência recifal em duas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Nordeste do Brasil” (Isabela G. L. da Silva e Dr. Pedro C. Pereira); Pauta 3: Resultados da pesquisa: “Governança ambiental na implantação de zoneamentos em áreas de proteção ambiental marinhas” (MsC. Carolina Neves, UFPE); Pauta 4:: Relatório de gestão 2016/Planejamento 2017; Pauta 5 Número Balizador de Visitantes-NBV (caso da ZV de Japaratinga); e Pauta 6: Roteiro metodológico para manejo da visitação do ICMBio. Encaminhamentos (inclui espaço para apresentação e registro de pleitos e demandas dos conselheiros não contemplados nos pontos de pauta anteriores).

**Informe Intercâmbio dos conselheiros:** O Conselheiro Diego informou sobre intercâmbio dos conselheiros da Apacc, no período de 23 a 29 de janeiro de 2017, que visitaram unidades de conservação no sul da Bahia. Participaram da atividade componentes das Câmaras Temáticas de Gestão Socioambiental, de Turismo e Pesca (Apresentação disponível no site da Apacc). Após apresentação foi franqueada a palavra à plenária. O Conselheiro Henrique Dantas falou do seu aprendizado durante o intercâmbio, citou o momento que esteve em contato com o trabalho dos guias de turismo em Caravelas. O Conselheiro Severino Antônio informou que a visita as comunidades foram muito produtivas, citou a presença indígena da tribo Pataxó desenvolvendo atividades de pesca e de turismo. Também citou o ordenamento de transporte dos pescadores, e o processo de gestão da pesca do camarão pelos relatórios. O Conselheiro citou a existência de um projeto de lei que pretende alterar a categoria da Resex de Canavieiras para a categorias de Área de Proteção Ambiental (Apa), e que esse pleito tem como justificativa a Apacc. O Conselheiro informou que o budião azul é comercializado como prato típico de Caravelas e Alcobaça salientando que essa espécie de peixe está na lista de espécies ameaças conforme Portaria 445/MMA. O Conselheiro Vandick sugeriu um momento para aprofundamento da discussão sobre o intercâmbio e que esse informe esteja presente na pauta da próxima reunião. O conselheiro Severino informou que o relatório do intercâmbio vai ser enviado à secretaria. O Conselheiro Ulisses informou que os relatórios foram demandados às Câmaras de Turismo, Pesca, e Gestão Socioambiental.

**Informe Plano de Trabalho do GT Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na APACC.** O Conselheiro Severino informou sobre a reunião do Grupo de Trabalho (GT) sobre espécies ameaçada na Apacc, grupo esse composto pela Conselheira Profa. Dra. Rosangela Lessa, Profa. Dra. Beatrice Padovani, Prof. Dr. Cláudio Sampaio, Conselheiro Extensionista Severino Antônio e Conselheiro Msc. Fabiano Pimentel. O Conselheiro informou da saída do Waldemar e da Priscilla da Câmara Temática de Pesca. Também informou que o GT tem como objetivo subsidiar discussão do uso sustentável dos recursos pesqueiros na Apacc, assunto que vai além da Portaria 445. De acordo com o conselheiro a Portaria 445 foi modificada pela Portaria 136 e que apenas em Resex e RDS podem ter planos de uso direcionado às espécies categorizadas como vulneráveis presentes na portaria, e, portanto, a Apacdc não poderá ter plano de uso dessas espécies. O conselheiro informou que o GT irá solicitar mais informações junto ao MMA para saber como proceder na Apacc, e que irá acontecer uma reunião com lideranças de pescadores para discussão desse tema no dia 24 de março no Cepene. O conselheiro informou que o GT levantará legislação afeita ao tema. O presidente informou sobre a elaboração do plano de recuperação do guaiamum e que no momento essas iniciativas estão restritas às Resex e RDS. O Conselheiro Severino que com a saída do Waldemar e do Heriberto ficaram duas vagas na CT de Pesca, e sugere que o Conselheiro Fabiano ocupe a vaga do Heriberto na câmara. A Conselheira Antonia não participou das três ultimas reunião e colocou sua vaga a disposição. O Conselheiro Ulisses informou que os preenchimentos das vagas nas CT’s serão discutidos no próximo ponto de pauta.

**Informe espontâneo:** O Conselheiro Luis pergunta se a Associação Peixe-boi, convidou todos os empreendimentos para próxima semana treinamento, e se disponibilizou para ajudar na divulgação do treinamento da visitação nas piscinas naturais.

**Informe sobre Audiência Pública da SPU em Porto de Pedras para cessão do TAUS aos pescadores.**  O Conselheiro Ulisses informou que a reunião com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) aconteceu no dia 8 de fevereiro de 2017, quando foi discutida a solicitação da Colônia de Pescadores Z25 de Porto de Pedras por oito áreas de apoio aos pescadores artesanais, informou da presença do Conselheiro Severino na reunião. Informou, também, que não foi possível responder dúvidas levantadas na discussão e seria necessário a Colônia responder, e que a SPU pode atender maior parte do pleito. O conselheiro informou que apenas um proprietário concordou com o pleito, mas, que a SPU tem o poder de decisão, e que a consulta pública será em maio, por isso em março e abril deverão os pescadores se mobilizarem para a consulta, e que após consulta poderá sair concessão. De acordo com o conselheiro a consulta não tem data precisa, mas vai ser em maio.

**Informe espontâneo.** A Conselheira Andrea Olinto informa das propostas de criação de Apas marinhas em Pernambuco que estão sendo discutidas por diversos setores. Uma das propostas abrange o estuário Rio Formoso até 18 milhas náuticas da plataforma continental e até o estuário de Maracaípe no limite norte, e que essas propostas deverão ser aprovadas no dia internacional dos oceanos, 8 de junho de 2017.

**Informe espontâneo.** O presidente informou sobre Workshop da Apacc e da Fundação Toyota, e sobre os resultados de 2016 e propostas para 2017 e 2018. Informou que estão previstos recursos da ordem de 500 mil reais pela fundação, para Plano de Manejo, Peixe-boi (Cepene), Associação Peixe-boi, Ircos, Associação Jangadeiros de Tamandaré, e Biomabrasil. O presidente informou que todos os contemplados apresentem os respectivos projetos na próxima reunião.

**Pauta 1: Acompanhamento dos processos de licenciamento estaduais na área de influência da APACC.** O Conselheiro Bruno expôs que no dia 20 maio de 2017 será realizada audiência pública para criação de uma Área de Proteção ambiental (Apa) em Alagoas. Com relação a anuência da Apacc no licenciamento ambiental, o conselheiro informou que não há esse requisito, e que os conselheiros devem ficar informados sobre os processos de licenciamento na Apacc. O ICMBio apenas recebe um ofício informando sobre um empreendimento na área. O ICMBio pede informações, mas não recebe. O Conselheiro Eduardo Barreto informou que os processos estão indo para o ICMBio de acordo com a Resolução no. 20, e que o conselho tem 5 dias para se manifestar. O conselheiro se dispões para resolver essa questão. O Conselheiro Ulisses informa das reuniões do Cepram, e que está recebendo resumos, por meio de uma articulação com gestão da Apacc e Cordenação Regional 6. O Conselheiro Eduardo informa que as reuniões da Sema são públicas, onde todos têm direito a voz. O Conselheiro Mauro informa que esse é um importante exercício para o licenciamento, e citou caso da carcinicultura em Pernambuco que foi licenciada sem consentimento da Apacc. O Conselheiro Eduardo informa que a próxima reunião da Cepram ocorrerá dia 28 março de 2017 em São Miguel dos Milagres. O presidente lembra que o Estado só licencia após análise do Eia/Rima, e que a Apacc apenas dá ciência, é a Coordenação Regional 6, do ICMBio, que analisa. O presidente informa que se tem que dar mais atenção aos processos onde o Eia/Rima não são obrigatórios. O presidente informa que vai pleitear uma cadeira no Cepram, e que a Coordenação Regional 6 vai solicitar cadeira, uma vez que como conselheiro vai ter mais poder de fala, e informa que pode-se criar mecanismo para que o Conapacc se manifeste no âmbito do Cepram. O presidente lembrou que tal mecanismo requer muita mobilização, porque os prazos são curtos, e que pode-se pensar em um Grupo de Trabalho para este fim. O Conselheiro Leonardo lembra que legislação é elaborada para unidades de conservação na zona terrestre e o caso da Apacc a lógica é de zona marinha. O Conselheiro Eduardo informou que de acordo com a Resolução no. 20 o Ima vai ter que definir a razão de não se exigir Eia/Rima, pois agora tem-se que aprovar para depois ser encaminhado para o Cepram. O conselheiro se dispôs a apresentar a Resolução no. 20/2017 na próxima reunião.

**Informe espontâneo:** A ConselheiraFernanda informa que a CT de Biodiverdidade tem que estar mais presente, e que as câmaras têm que estar atuantes. O Conselheiro Severino Antônio informa vacância na Câmara Temática (CT) de Pesca. O Conselheiro Pedro solicita participação na CT de Biodiversidade. A Conselheira Tereza Dantas informa que a CT de Turismo precisa ser revista. O Conselheiro Rivaldo solicita participação na CT de Pesca. A Conselheira Izabel solicita participar na CT de Turismo. A Secretária Ana informa da importância do suporte dos municípios. O Conselheiro Ulisses esclarece que para compor as câmaras temática tem que estar disposto a trabalhar. O Conselheiro Mauro informa que participou pouco da CT de Biodiversidade e sugere que o Pedro entre no seu lugar, e diz que prefere estar na CT de Pesca. O Presidente Iran informa que a CT de Biodiversidade ainda tem uma vaga. A Conselheira Fernanda indica João da Fundação. O Conselheiro Vandick informa sobre a importância da participação de diversos atores nas câmaras. O analista da Apacc, Eduardo, diz que papel da CT é trabalhar, e não ver que tem que ter essa diversidade nas câmaras. A Conselheira Fernanda informa que até abril pretende reunir a CT de Biodiversidade. O Conselheiro Teófilo solicita participar na CT de biodiversidade. O Conselheiro Bruno lembra da vaga do Mateu, diz que Vitor pediu e tem que ser aprovado. O conselheiro informa que SEMAR tem interesse em permanecer na CT de Biodiversidade. O Analista Ambiental da Apacc, Eduardo, fala da importância da continuidade da participação. O Conselheiro Teófilo diz que se dispões a colaborar. O Conselheiro Lucas informa que a indicação para a CT é pessoal e quer conhecer o trabalho de cada candidato. O Conselheiro Teófilo fala que representa a sociedade civil de Paripueira pela Abevila. O presidente informa da necessidade de encaminhamento da discussão. O Conselheiro Ulisses esclarece sobre aspecto técnico da CT e indica Vitor para CT de Biodiversidade. O Conselheiro Ulisses encaminha votação: se hoje ou para próxima reunião. Vinte e dois conselheiros votaram pela decisão hoje. Três conselheiros optaram pela decisão na próxima reunião. Dessa forma o Conselheiro Ulisses encaminhou a votação: Vitor ou Teófilo para ocupação na CT de Biodiversidade. Doze conselheiros a favor de Vitor. Quatro conselheiros a favor de Teófilo. Quatro abstenões. O Conselheiro Ulisses indica o Conselheiro Vitor para CT de Biodiversidade. O presidente Iran inicia discussão sobre CT de Pesca, e informa 2 vagas para a câmara. A Conselheira Antonia põe sua vaga a disposição. A Conselheira Rosangela apresenta seu interesse em participar da câmara e informa sua expertise na atividade de pesquisa no âmbito da pesca. O Conselheiro Severino esclarece saída do Conselheiro Waldemar. O Conselheiro Pedro informa da saída de Waldemar, pois o mesmo falou que não queira mais participar do conselho nem da câmara. A Conselheira Antonia não participou muito e tá sem tempo. O presidente informa que a secretaria articula carona solidária. A Conselheira Antonia informa que tem interesse de continuar. O conselheiro Severino informa da saída do Conselheiro Heriberto, do Cepene, e indica o Conselheiro Fabiano para a CT de pesca. O Conselheiro Bruno questiona a saída do Waldemar sem alguma formalização. O presidente coloca em votação a saída do Conselheiro Waldemar do Conapacc. O presidente questiona se tem alguém contrário a saída do Conselheiro Waldema do Conapac. Ninguém se mostrou contrário à saída do Conselheiro Waldemar. Seis conselheiros se abstiveram. A Conselheira Antonia abre mão da vaga. O presidente informa que são três vagas para três candidatos à CT de Pesca. Portanto, O Conselheiro Fabiano, a conselheira Rosangela e o Conselheiro Rivaldo são os novos componentes da Câmara. A Conselheira Teresa informa que a CT de Turismo não há vacância, e que para alterar sua composição dever-se-á esperar a próxima reunião do Conapacc. Informa, também, que as atividades da CT não param e que o coordenador da CT pode convidar especialistas para participar das discussões. O Conselheiro Eduardo Barreto informa que a CT não está só presa a um assunto, e que a mesma não é só para emergência. O presidente diz que a CT pode ter planos de ação e pode receber demandas da plenária. O Conselheiro Luis informa que a maioria dos componentes da CT de Turismo não estão presentes, e que nessa composição falta de consistência. A Conselheira Izabel se propõe ajudar nas mobilizações comunitárias para o conflitos locais no que se refere a essa câmara. A Conselheira Fernanda parabenizar a todos pela revisitação ao funcionamento das CTs com finalidade de autoavaliação. O presidente informa que enviará por e-mail as composições das CTs. O Conselheiro Ulisses propões que inicie as discussões da próxima pauta. A Conselheira Lígia sugere que os próprios componentes da CTs resolvam essas questões. O presidente reitera que os resultados dos trabalhos das CTs têm que passar pela plenária do Conapacc e encerra a discussão dando início à discussão do próximo ponto de pauta.

**Pauta 2: Apresentações: Projeto de Mestrado “Análise da resiliência recifal em duas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Nordeste do Brasil” (Isabela G. L. da Silva e Dr. Pedro C. Pereira).** Apresentação realizada pela Profa. Dra. Paula Gomes UFRPE está disponível no site da Apacc. O Conselheiro Vandick parabeniza a professora pela apresentação e pergunta se o método é manipulativo ou sensorial, e como detectar o limite do retorno. O Conselherio Luis questiona se haverá observação de campo. A Professora Paula informa que a questão da resiliência é teórica, complexa e de difícil de quantificação, pois se trata do tempo que o ecossistema demora para recuperar suas funções. O método é comparativo entre áreas selecionadas por análise de pares conceituados e que a participação múltipla é condicionante para o êxito do projeto. O Conselheiro Mauro pergunta qual será o estado inicial, qual referência será utilizada para a comparação. A Porfa. Paula informa que essa é uma inquietude geral e que em outros lugares do mundo se tem pontos referenciais, mas no Brasil não se tem. Esse conceito de resiliência é da física, e diz que a referência é a condição de hoje. O Conselheiro Pedro informa que a comparação é a sacada, selecionar áreas chaves para conservação. O Presidente lembra que a pesquisa seja submetida ao Sisbio.

**Pauta 3: Resultados da pesquisa: “Governança ambiental na implantação de zoneamentos em áreas de proteção ambiental marinhas” (MsC. Carolina Neves, UFPE).** Apresentação disponível no site da Apacc. A Conselheira Fernanda parabeniza o trabalho e sugere que seja apresentado na Associação Peixe-boi, e questiona a aplicação questionários. A Estudante Evelyne informa que a maioria dos questionários foram aplicados com moradores e turistas nas ruas, e não teve muita aplicação com os pescadores. A Conselheira Carol informa que usou método de cluster para agrupar povoados, e que a amostra foi aleatória, por isso foi mais difícil realizar com os pescadores. A Conselheira Teresa parabeniza o trabalho e informa que a Sedetur tem interesse nos resultados e sugere que o trabalho seja realizado até Ipioca e Pajussara. A Conselheira informa que em Porto de Pedras se tem maior entendimento sobre assunto, mas que em Maceió as pessoas não têm muito esse conhecimento. A Estudante Eveline, do Pibic, informou que não tem como estender o projeto, mas vai disponibilizar o relatório. A Conselheira Carol informa que Porto de Pedra é zona de conservação por isso o projeto foi executado nessa localidade. O Conselheiro Leo parabeniza o trabalho e diz que a amostra aleatória é importante, pois traz uma percepção mais ampliada. O Conselheiro Vandick, parabeniza o trabalho de pesquisa associada a Apacc, e que a percepção é importante para ser comparada em momentos diferentes, e que o estudo pode ir além abrangendo mais atores sociais. O Conselheiro Eduardo Barreto, parabeniza o trabalho e diz que a percepção é diferente na mídia, e que deve haver mais sensibilização. A Conselheira Ligia pergunta se a estudante tem pretensão de continuar o trabalho na pós-graduação. A Estudante Evelyne diz que foram realizadas seis meses de coleta, e que tem outro Pibic, mas vai apresentar o trabalho em outros espaços, vai elaborar recomendações para Apacc, e fazer uma devolutiva para sociedade. O Conselheiro Ulisses informa da importância da divulgação das pesquisas na Apacc. O presidente agradece e encerra a discussão para o almoço as 12:15.

**Retorno das atividades as 13:22.**  O presidente retoma os trabalhos.

**Informe espontâneo:** O Conselheiro Fabiano informa que o Cepene e a Fundaj estão firmando acordo de Cooperação Técnica para execução do Projeto " Ecologia Política da catação de crustáceos em manguezais no Nordeste brasileiro" que vai abranger comunidades desde o Delta do Parnaíba/PI até Salvador/BA, incluindo a Cidade de Passo de Camaragibe/AL, que se localiza no entorno da Apacc. O conselheiro afirmou que assim que o termo de cooperação fosse firmado poderia apresentar o projeto ao Conapac.

**Continuação da Pauta 3: Resultados da pesquisa: “Governança ambiental na implantação de zoneamentos em áreas de proteção ambiental marinhas” (MsC. Carolina Neves, UFPE).** A apresentação está no site da Apacc. O presidente agradece a apresentação. A Conselheira Rosângela parabeniza o trabalho e pergunta se o relatório com essas informações está disponível. A Conselheira Carol informa que a dissertação está disponível. O Conselheiro Sérgio sugere o envio da apresentação. O Conselheiro Bruno sugere um resumo para público que não é científico. O Analista Ambiental, Eduardo, parabeniza o trabalho e pergunta como foi a experiência com o Sisbio. A Conselheira Carol informou que o Sisbio é muito simples, e que comitê de ética é mais complicado, acha que é positivo submeter ao Sisbio por parte do pesquisador. O Conselheiro Vandick, parabeniza o trabalho e pergunta sobre as entrevistas no contexto litorâneo, e como enxerga governaça nesse contexto. A Conselheira Carol não fez comparação com outros espaços, mas que a Apacc mesmo com todos problemas está num passe adiante de outras unidades. De acordo com a conselheira, apesar disso, a gestão da unidade ainda precisa melhorar muito. O Conselheiro Eduardo Barreto parabéns o trabalho e informou que percebe uma melhora no envolvimento geral, mas que a participação dos municípios ainda é incipiente. O Conselheiro Ulisses, parabeniza o trabalho e chama a atenção sobre representatividade baixa das prefeituras, e que deve-se consolidar essa participação dos municípios. O Conselheiro acrescenta que na Região sul da Apacc a realidade da gestão é outra, e o desafio da governança é abranger outras áreas da unidade. O presidente faz chamada para próximo ponto de pauta.

**Pauta 4: Relatório de gestão 2016/Planejamento 2017.** Apresentação disponível no site da Apacc. O Conselheiro Leonardo parabeniza o trabalho realizado e sugere incorporar ao relatório ações de monitoramento do Projeto Radar, desenvolvidas pelo Cepene, ações desenvolvidas na área fechada e ações do projeto da área de pesca de camarão em Tamandaré. O Conselheiro ainda sugere ações dos Ircos e informa que na Apacc só quatro há quatro conselhos ativos. Informa ainda que o número de visitantes 15 anos atrás era 58 mil visitantes e 12 embarcações, hoje são 200 embarcações e um número muito mairo de visitantes e que se faz necessário mais trabalhos para garantir a resiliências e controlar as visitações. O Conselheiro parabeniza pelo trabalho do carro nas praias, e informa que o Cepene está disponível nesse processo. O presidente pede desculpa pelo esquecimento, e que a apresentação foi adaptada, e que vai incorporar todas as ações do Cepene. O Conselheiro Vandick informa que o aplicativo do Biota para monitorar tartarugas é interessante, e é um atrativo para aproximar os usuários à gestão da unidade. O conselheiro pergunta sobre o funcionamento da Base de Santo Antonio, e como proceder O para trabalhar de forma operacional. O Conselheiro Luis parabeniza o trabalho com o trânsito nas praias, e informa que diminuiu bastante os veículos nas praias, mas que se faz necessário mais placas informando sobre essa proibição, inclusive nas rodovias, com objetivo de alertar, principalmente, os que estão pela primeira vez na região. O conselheiro sugere participação privada para construção da placa, e sugere que o ICMBio envie o layout, e se compromete a fazer as placas em Peroba. A Conselheira Teresa informa do seu papel de regionalização na secretaria de Turismo e que sua equipe consiste em 12 pessoas o Estado de Alagoas, e que necessita de dados sobre a área. A conselheira sugere uma campanha “adote uma placa” para os empresários locais. O Conselheiro Bruno sugere aplicativo “opencamera” que pode ser usado para monitoramento dos carros na praia, e que os dados podem ser enviados para os órgãos ambientais. O conselheiro sugere estimular os conselhos com outros olhos, considerando o poder de licenciamento, a questão econômica, e que é preciso mudar estratégia de convencimento. O Conselheiro Pedro, parabeniza o trabalho desenvolvido para a questão da visitação sentiu, mas sentiu falta de dessa discussão em Tamandaré, pois a área tem uma zona de visitação, e que a área deveria ser exemplo. A Secretária Ana informa que o município tem que abraçar a ideia da placas, e que Maragogi é exemplo de arrecadação de turismo, mas falta avança na área ambiental. O Conselheiro Eduardo Barreto informa que as pousadas de Porto de Pedras ficaram de fazer placas, mas faltou layout ser enviado pelo ICMBio, e que se disponibiliza para fazer essa interlocução. O Conselheiro Rivaldo sugere consórcios municipais para com lei complementar para licenciar e fiscalizar. O Conselheiro Luis informa que apesar da fiscalização do tráfego nas praias os as atividades dos bugueiros não pararam, mas foram direcionados para outros trajetos e os seus clientes voltam satisfeitos. O conselheiro que em Maragogi o prefeito deseja que o Comdema funcione, e que a gestão considere o meio ambiente como prioridade, mas que a maioria deles são destituídos de propriedade para formação dos conselhos. O Conselheiro Eduardo informa que o problema é a falta de vontade política, pois se inicia as atividades mas nunca se concluem. A representante da Prefeitura de Tamandaré Jessica informa que no município teve início o ordenamento da visitação, e já está sendo realizado o cadastramento de embarcações, estudo de capacidade de carga de turistas, mas que atualmente não se sabe como controlar o acesso. O Conselheiro Leonardo informa que o Comdema de Maragogi criou um fundo para visitação das galés, e que funcionava bem, pois tinha-se controle social tinha. A atual gestão pretende continuar o trabalho. O conselheiro informa que em Tamandaré o Secretário Manoel leva discussões o Comdema, mas que a visitação está um caos. O Conselheiro Ulisses informa que na reunião passada do Comdema Tamandaré houve discussões sobre visitação, sobre o Parque de Tamandaré, e foi apresentado processo para criar zona visitação. O conselheiro informa que o Comdema de Maragogi funcionava sem regimento, e falta verificar documentação para regularizar o conselho, mas que mesmo assim tem fundo e executa o fundo, então se faz necessário instruir o novo secretário. O conselheiro informa que só os Comdemas de Tamandaré e Japaratinga estão formalizados, e que o Comdema de Maragogi necessita de formalização, e que a Semar pode ajudar nesse processo. O conselheiro acrescenta que alguns Comdemas existem apenas no papel. Com relação as placas, o conselheiro informa que há muitos pedidos, mas não tem layout do governo, pois não pode ter parceiros na placa, pois há um rito burocrático. A Fundação Toyota está tendo dificuldade com empresa parceria, mas que tem previsto 50 mil reais para plano de comunicação. O conselheiro informa que o Ima tem modelo e pode elabora placas com parcerias. A Conselheira Teresa vai consultar profissional da Ascom da secretaria para saber desse rito e depois retorna para o Conapac. O Analista Ambiental Eduardo informa que o layout do ICMBio está pronto, mas existem muitas regras, tem que ter os limites, e que tem recurso do GefMar para isso, mas o problema está na mudança no limite da Apacc. O Conselheiro Luis informa que os Comdemas são fundamentais e são necessárias ajudas para formalização dos mesmos. A Convidada Talita informa que os conselhos de turismo podem ser muito mais proativos na questão ambiental. O presidente sugere adpta aplicativo do IMA para comunicação com gestão. E informa que a Base de Barra de Santo Antônio tem estrutura, e para usá-la basta contatar O Conselheiro Ulisses ou o Analista Ambiental Marius. O Conselheiro Ulisses pede que quem estiver interessado em usar a base entre em contato por whatsapp ou e-mail, pois a base está sem telefone. O presidente informa que a Zona de Visitação de Tamandaré é um dos objetivos para revisão do Plano de Manejo, e que preciso finalizar todos os zoneamentos. De acordo com o presidente a revisão do PM requer muitas demandas e para avançar no zoneamento tem-se que realizar oficinas com a participação do conselho. O presidente informa que até agora houve pouca participação social, e quer fazer com mais participação, pois a unidade teve um incremento técnico com 4 bolsistas durante 30 meses, mais quatro bolsistas do Cepene.

**Pauta 5: Número Balizador de Visitantes-NBV (caso da ZV de Japaratinga, por Analista Ambiental Eduardo).** Apresentação disponível no site da Apacc. O Conselheiro

Leonardo alerta para o comportamento dos visitantes nessas áreas, pois, muitos visitantes levam corais, conchas, e usam de nadadeira de forma inadequada. O conselheiro alerta que o monitoramento deve estar atento a esses comportamentos. A Conselheira Rosangela pergunta se o cálculo de visitação já foi validado. O Analista Ambiental Eduardo informa que não teve como validar, pois, ainda não foi realizado monitoramento. O analista complementa e diz que o cálculo é balizador precisar verificar a qualidade ambiental para saber se os cálculos são válidos. Informa o analista que fez proposta com “n” superior. O analista informa que o comportamento dos visitantes deve estar no âmbito do monitoramento e que para resolver a questão do sedimento a gestão da Apacc já tem iniciativa conjunta com a UFPE. O Conselheiro Pedro informa que no seminário de pesquisa foi apresentado um protocolo de monitoramento que contempla essa questão. O Conselheiro Severino questiona sobre a taxa que será cobrada na visitação em Japaratinga. O conselheiro pergunta se essa forma de operação vai ser discutida. O Conselheiro Leonardo informa sobre a obrigatoriedade dos agentes ambientais. O Analista Ambiental Eduardo informa que a taxa será semelhante a que é cobrada em Maragogi, pois na forma de GRU não é garantida o retorno para o local, o valor é depositado na conta da união, e apenas, de acordo com Snuc, 25% do fundo deverá ir para unidades de conservação de proteção integral. O analista informa que tem que se fazer consulta ao jurídico para clarear a questão. O analista ainda informa que devido as áreas de embarque serem pulverizadas na costa litorânea da Apacc ficam mais difíceis ações de educação e conscientização do visitante. O Conselheiro Pedro Luis dá a palavra a Sra Jovina que acha interessante o processo e questiona se pode ser feito em Porto de Pedras, pois a demanda é muito forte do turismo. O analista informa que Porto de Pedras já está contemplada e que em abril a Colônia de Pescadores vai ser convocada. O Conselheiro Pedro informa que a taxa é uma tendência mundial para subsidiar monitoramento local, e sugere consultar o jurídico. O analista acrescenta que com a taxa pelo governo federal não vai haver retorno local tem que ser acordado com os municípios essa aplicação de recurso no monitoramento. O presidente passa a palavra para a Secretaria de Japaratinga que agradece o convite e informa que até o momento tem carta branca do prefeito, e que está disposta em investir nesse monitoramento. O presidente agradece o apoio da Secretaria de Japaratinga, e informa que taxa federal vai para união, e retorna unidades de proteção integral que estão estruturadas. De acordo com o presidente, por outro lado, se a taxa é municipal há margem para se trabalhar no Comdema e garantir para que o recurso fique no local, mas nesse caso a Apacc perde governaça. O presidente acrescenta que não se tem um modelo ideal, e precisa-se tomar essa decisão. O presidente questiona se pode encaminhar proposta da visitação de Japaratinga para Brasília. A proposta foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Ulisses, pede aprovação do Joab segundo relator do Conapacc. Todos conselheiros concordaram, e informa que próxima reunião será dia 13 de julho de 2017, em Maceió. O Conselheiro Leonardo pergunta se a proposta de visitação sai em portaria. O presidente informa que sim, as portarias de visitação são desvinculadas ao Plano de Manejo, informa que regras básicas estarão no Plano de Manejo, e regras específicas são publicadas em portaria. O Secretário de Turismo de Passo de Jamaragibe Jeferson se apresenta e se coloca à disposição para cooperação. O presidente agradece e encerra a reunião as 16:35.